



GRUPO DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA E CRECISP REALIZAM BLITZ EM SUZANO

No dia 18 de março, o CRECISP, em conjunto com o GFI-ATC (Grupo de Fiscalização Integrada do Alto do Tietê), representantes de várias Prefeituras, Polícia Ambiental, Secretaria do Meio Ambiente e CETESB, que trabalham no combate aos loteamentos irregulares, realizaram uma blitz em Suzano, no Condomínio Esperança.

Segundo o chefe de setor no Departamento de Fiscalização do Conselho Regional, Marcelo Ponci, durante a operação foram constatadas duas placas sem identificação no condomínio, e será feito um trabalho assíduo no local, para verificar se ocorre algum envolvimento de corretores de imóveis na intermediação irregular. “As construções realizadas ou iniciadas são todas ilegais, de acordo com a Cetesb e a Prefeitura Municipal de Suzano, pois é uma área de manancial e rural. Aproximadamente 55 imóveis foram embargados e cinco moradores já receberam a notificação.”

O assistente da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente, Walter Tesch, enfatizou que é uma operação de fiscalização integrada nas áreas de recuperação e proteção de mananciais. “Já fizemos alguns estudos e planejamento com o objetivo de estabilizar o território. É um grande desafio de todos os órgãos que participam dessa fiscalização.”



De acordo com o especialista Ambiental da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Marcelo Raso Frizzera Borges, a função do grupo de fiscalização é extinguir os locais irregulares que não são passíveis de regularização. “O grupo foi criado há um ano e, durante este período, estamos atuando de forma concreta, com vitórias aéreas, identificando estes núcleos, avaliando e estudando estes locais e essa é a nossa primeira ação efetiva.”

A diretora de Controle e Fiscalização Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente de Suzano, Solange Wuo Franco, explicou que este é um trabalho antigo de identificação de áreas irregulares que são instaladas em pontos de proteção ambiental. “As características desse loteamento não dão direito à regularização fundiária e a participação do CRECISP é fundamental, pois a zona é rural, não tem documentos regulares e as negociações são realizadas de forma ‘fantasma’ e ilícita.”